

V Congresso Internacional de Literaturas Africanas - GRITOS 2024

Lista de Trabalhos por integrantes do projeto de pesquisa “Leituras Críticas em Direito e Raça: ciências negras, periferias e poder”

1. O imaginário jurídico nos contos de Jarid Arraes: comentários a quatro contos do livro “Redemoinho em dia quente”. ST 07

Pablo Praxedes

Orientadora: Rayane Andrade

RESUMO: O presente texto busca compreender como se reflete o imaginário jurídico e quais os impactos desse elemento nas relações sociais dos personagens de quatro contos do livro “Redemoinho em dia quente” (2019) de Jarid Arraes, escritora negra cariense. Lançado em 2019, o livro elevou a carreira da escritora e concorreu ao Prêmio Jabuti, um dos mais prestigiados do Brasil. Os contos foram selecionados para esta pesquisa de acordo com a similaridade temática e às menções aos elementos jurídicos, portanto, elencou-se os seguintes contos: “Sacola”, “Cinco mil litros”, “Marrom-escuro, marrom-claro” e “Amor com cabeça de oito”. Barthes (2013) ressalta que “a literatura assume muitos saberes” (p. 16) e partir da relação entre Direito e Literatura o trabalho se justifica principalmente pela necessidade de compreender como se dá a interpolação do Direito em outras áreas do saber, assim como o reflexo do imaginário jurídico na ficção. A metodologia proposta é a da análise de discurso a partir do pensamento feminista negro, utilizando hooks (2019) como principal referência. A estrutura do texto se dará de acordo com três momentos: o primeiro abordando a carreira de Jarid Arraes e a importância de sua obra no cenário contemporâneo brasileiro, o segundo destacando a relação entre direito, cultura e literatura, utilizando as perspectivas de Bhabha (2013), Barthes (2013) e os modelos de juiz apresentados por Ost (1993) e o terceiro voltado para a análise dos quatro contos supracitados sob o olhar da análise de discurso.

2. "Eu perdi o medo da chuva para poder reencontrar a metade dessa vida que não me deixaram usar": escriturências de um acadêmico de direito jovem, negro e LGBTQI+. ST 19

Tarcísio André Matias Neto

Orientadora: Veruska Sayonara de Góis

RESUMO: Buscar meu desenvolvimento pessoal no ambiente acadêmico foi uma forma de insubordinação contra um sistema educacional que foi pensado por e para pessoas que refletem um padrão branco, patriarcal e classista. Porém, estar neste espaço apresentou diversos outros entraves, podendo ser citado como um exemplo a falta de representatividade dentro do corpo discente, quadro que se torna ainda mais agravado quando em se tratando do corpo docente. Partindo da dificuldade que os corpos subalternizados – pessoas negras, mulheres e LGBTQI+ – encontram para se manter na academia, enquanto um ambiente excludente e solitário, este trabalho tem como proposição utilizar a metodologia de "Escriturência", apresentado por Conceição Evaristo, para debater as dificuldades enfrentadas por um estudante de Direito, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), sendo jovem, negro e LGBTQI+. Passeando através das minhas memórias, em alternância com o diálogo dos escritos de referenciais teóricos como Grada Kilomba, Helena Vieira, Maria Angélica dos Santos, Heleieth Saffioti e Bell Hooks, o trabalho se estrutura em três momentos.

Inicialmente, irei tratar dos meus marcadores sociais de gênero, raça e classe, e assim, tratar mais diretamente sobre como é se sentir como “o outro” no ambiente universitário. Em sequência, passo a discorrer acerca da rigidez acadêmica e estrutural nos cursos de direito, assim como a falta de representatividade e de liberdade para estudar e debater temas correlatos às vivências e aprendizados diversos. Por fim, chego na questão central, da solidão que os corpos abjetos sentem nesses ambientes, que foram tão hostis ao longo da história, por terem que ocupar esses espaços, mas sem estar rodeados por seus semelhantes.

3. A escrevivência como método de pesquisa em direito: o contra-ataque ao epistemicídio na academia - ST 27

Adrielle Jairla de Moraes Luciano

Orientador: Felipe Araújo Castro

RESUMO: O ambiente acadêmico e de pesquisa muitas vezes se revela como um espaço de violência, onde o conhecimento e as experiências de pessoas subalternizadas são sistematicamente deslegitimados. Estar neste ambiente é como habitar em um eterno limbo, oscilando entre a sensação de não pertencimento e a percepção de ter ido longe demais para desistir. A jornada para chegar nesses ambientes é árdua, mas permanecer é ainda mais desafiador. A cada novo patamar alcançado, novos obstáculos se apresentam, exigindo que sejamos impecáveis, incansáveis na busca pela excelência e muito produtivas. O peso de um erro, especialmente para mulheres negras, pode ser avassalador, podendo resultar em estigmas permanentes de loucura, chatice ou inconveniência. É nessa angústia constante de não pertencer plenamente que nos impulsiona a utilizar esse espaço de pesquisa como uma ferramenta para investigar métodos que desestabilizem a estrutura dominante. Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é demonstrar a metodologia da Escrevivência, desenvolvida por Conceição Evaristo, como uma estratégia de enfrentamento ao epistemicídio nestes espaços e nas narrativas jurídicas hegemônicas. Através deste método de escrita, busca-se visibilizar as experiências e vivências dos corpos negros dentro do campo jurídico, contrapondo-se à objetificação que historicamente permeiam esses espaços. A metodologia adotada inclui a utilização da própria Escrevivência somada a uma pesquisa de caráter exploratório, voltada a categoria do epistemicídio, e a aplicação desse método de escrita em um contexto jurídico, especialmente feita por mulheres negras, como Lélia Gonzalez (2020), Maria Angélica dos Santos (2021), Grada Kilomba (2019) e Marielle Franco (2018). Assim, a pesquisa se propõe em analisar criticamente o fenômeno do epistemicídio na academia jurídica, além de oferecer uma alternativa metodológica que permita resgatar e validar as vozes de corpos subalternizados, de modo a reconhecer a centralidade das experiências negras e de mulheres na construção do conhecimento jurídico.

4. Decolonizar o ensino para evoluir o jurista: a transformação do padrão de referência educacional através do pensamento feminista na obra de bell Hooks. ST - 07

Lorna Beatriz de Araújo

Lorena Maria Medeiros de Oliveira

RESUMO: O trabalho pretende explorar a evolução dos padrões de referência educacional tradicionais, incorporando a perspectiva feminista, diversa e inclusiva. A obra “Ensinando a transgredir” de bell Hooks é central para essa discussão, porque argumenta a educação convencional padrão que perpetua estruturas de poder opressivas, refletindo e reforçando desigualdades interseccionais. Em seus escritos, a autora propõe uma abordagem pedagógica, que desafia as normas estereotipadas, e promove uma prática educativa que valoriza a voz

feminina e as minorias. A transcendência do tradicionalismo promove um ambiente de aprendizado mais inclusivo e emancipador, permitindo uma visão diferente sobre as estruturas sociais e a promoção da justiça. Nesse aspecto, a pesquisa tem como objetivo demonstrar que a revisão da literatura jurídica trabalhada na academia, substituindo uma formação anteriormente padrão - que ignorava a historicidade, a inclusão das minorias e a interseccionalidade - pelo ensino crítico, permite um progresso educacional significativo, especialmente quando a fonte doutrinária é permeada por autoras negras. A metodologia utilizada será análise de discurso, e se realizará em dois momentos: o primeiro irá expor brevemente a evolução da formação jurídica tradicional para a feminista e seus reflexos. O segundo trabalhará a importância de autoras negras para a concretização da perspectiva crítica na evolução do jurista. A análise baseada na obra de hooks se justifica por proporcionar uma base teórica sólida para a reestruturação educacional que visa não apenas a inclusão, mas a verdadeira transformação das práticas pedagógicas estabelecidas na formação acadêmica, propondo uma formação libertária.

5. O impacto das leituras feministas negras na academia: uma reflexão acerca da atuação do projeto de pesquisa "Leitura Críticas em Direito e Raça" e sua contribuição na formação jurídica.

Davi Freitas da Silva

Maria Clara Freitas Cavalcanti

RESUMO: O legado do feminismo negro no âmbito educacional, bem como os fatores da discriminação racial - acentuados pelo marcador de gênero - são questões essenciais para a construção do perfil dos universitários contemporâneos. Assim, ressaltando essa premissa, este trabalho busca refletir como a atuação do grupo de pesquisa "Leituras Críticas em Direito e Raça" da Ufersa tem contribuído para a luta em prol do protagonismo das mulheres negras na academia. Para isso, inicialmente, voltar-se-á ao passado, destacando o surgimento do projeto e os desafios para sua implementação - mediante depoimentos das mulheres negras do projeto. Dialogando com autoras como Lélia González, Bell Hooks, Grada Kilomba, Angela Davis e Sueli Carneiro, objetiva-se, primeiramente, destacar o poder negro ascendente, enfatizando o papel das pesquisadoras negras na formação crítica dos futuros juristas. Posteriormente, buscar-se-á retratar o presente, com as transformações produzidas pelas produções acadêmicas de mulheres negras na comunidade jurídica e sua relevância na formação acadêmica. Por fim, vislumbrando o futuro, observar-se-á a influência do grupo da Ufersa, enquanto um projeto disruptivo, racializado e multirracial, na promoção de uma cultura antirracista, feminista e decolonial. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, a partir da consulta ao Portal de Periódico da CAPES, sob acesso da Ufersa. Serão utilizadas também as leituras discutidas pelo projeto enquanto referenciais teóricos. Ademais, realizar-se-ão entrevistas com membros, egressos, coordenadoras e professoras que já atuaram no grupo, como forma de endossar o relato de experiência. Espera-se, com o presente trabalho, confirmar que projetos e produções acadêmicas orientados por leituras feministas negras guiam a reflexão e crítica das estruturas de poder, predominantemente brancas e patriarcais. Grupos de pesquisa como o "Direito e Raça", pois, conseguem, em alguma medida, subverter essa lógica, promovendo uma melhor consciência do real, além de trazer novas abordagens aos métodos de ensino, pesquisa e atuação jurídica dentro e fora da academia.

6. Escrevivências brasileiras a partir dos olhos D'Água e dos Redemoinhos: Conceição Evaristo e Jarid Arraes. ST 29.

Larissa Nunes Paiva.

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma análise sobre duas obras: Olhos D'água e Redemoinho em dia quente, escritos, respectivamente por Conceição Evaristo e por Jarid Arraes, para melhor apresentar uma reflexão sobre as escrevivências de duas mulheres brasileiras, negras, escritoras, quais são os pontos que dialogam nas suas obras e se existem diferenças entre as vozes negras e as suas personagens, seja no aspecto temporal ou perspectiva histórica de escrita. O estudo, ainda inicial, pretende analisar os aspectos sociológicos de como as mulheres negras estão resgatando à sua ancestralidade, no Brasil, a partir da sua escrita, dando voz e vez a pessoas que historicamente foram silenciadas e ou ainda, que tiveram suas histórias escritas a partir de outros olhares que não ocupam o seu lugar de fala e que não sentem na pele os dramas e o racismo. A escrevivência é uma das características da obra Olhos D'água, esses contos, que são curtos na quantidade de palavras que ocupam no livro, são enormes, profundos e potentes. É um livro escrito por uma mulher negra, para outras mulheres, a riqueza dos detalhes dos personagens é o que permite Evaristo falar de mulheres em suas diversas esferas, classes e trajetórias, com muitas coisas comuns, que são as dores que atravessam esses corpos e de como nenhuma mulher escapa desses atravessamentos no Brasil. Jarid Arraes e Conceição Evaristo, duas mulheres negras, brasileiras, que vivem em estados diferentes, que nos presenteiam com as suas escrevivências, em que pese a idade diferente, as escritas delas são tão próximas e dialogam entre si, elas dão voz e vez para tantas mulheres que foram silenciadas, hoje temos a oportunidade de conhecer essas histórias que nos representam e nos alimentam com esperanças.

Palavras-chave: Escrevivência. Literatura negra brasileira. Lugar de fala. Voz dos silenciados.

7. A “cerca” dos Direitos Humanos: vivências poéticas de uma estudante de Direito negra na sala de aula. ST 27.

Thalita Baiêta Ferreira

RESUMO: A quem servem os Direitos Humanos? Aos Franciscos negros e pobres? As Marias sem documentação oficial? As pessoas de pele escura, discriminadas pela sociedade da branquitude? Essas perguntas me arrebatam ao ingressar na disciplina de Direitos Humanos na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). A proposta do presente texto é refletir sobre uma poesia elaborada por mim como uma resposta às inquietações do primeiro encontro acadêmico com as indagações sobre os significados e alcances das garantias fundamentais. Pretendo discutir no presente relato de experiência sobre os impactos da metodologia pedagógica que permitiu-me um estalo sobre o que realmente são os direitos humanos, aos 22 anos, nos bancos da universidade. Não falo aqui sobre o conceito ou sobre não mostrar incômodo diante de cenas cruéis, muito menos de protestar em situações de injustiças humanas. Refiro-me a notar a sensibilidade presente nos direitos humanos, e mais sensível ainda àqueles que não sabem lutar por eles. Em minha primeira aula de direitos humanos, estimulada por uma mulher negra, me peguei desenhando uma cerca. É incontestável a destreza, o brilhantismo e o esforço na construção da cerca, mas nem todos têm conhecimento e aptidão para realizar essa tarefa. É necessário selecionar um bom material, limpar e dar formato à madeira, e só depois adquirir os demais materiais, como pregos e arames farpados. Assim, pretendo exprimir essa vivência poética, de um texto escrito

no momento daquela aula, mas que me trouxe um contato profundo entre literatura e a indignada com as injustiças que pessoas como eu - mulheres, negras, trabalhadoras - experimentam. O texto busca detalhar a experiência educacional, trazer a poesia produto daquele momento e analisar as intersecções entre o campo jurídico e a sensibilidade.

8. Batuque na copa, Sinhá não quer! Vivências de uma mulher negra professora de Direito.
ST 27